

As perspectivas Liberal e Não Liberal do Populismo: notas introdutórias

Lucas Garcia da Silva¹

Bianca de Freitas Linhares²

Resumo: Dada a emergência de sujeitos políticos que desafiam os ditames das democracias liberais, como o presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, e o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, o termo populismo ressurge carregado de uma conotação pejorativa. Em vista disto, o presente artigo tem como objetivo abordar sistematicamente uma parte importante da produção teórica que tem se debruçado sobre o termo populismo. Com base nesse levantamento, percebe-se que o debate pode ser dividido em duas perspectivas distintas, a liberal e a não liberal. Ambas possuem pontos de divergências e convergências, mas a grande diferença entre elas é que, enquanto a primeira é resistente em criticar o funcionamento das democracias liberais, a segunda entende que este modelo hegemônico da democracia é problemático no que diz respeito à soberania popular.

65

Palavras chave: Populismo; Perspectiva Liberal; Perspectiva Não Liberal

¹ Lucas Garcia da Silva/e-mail: lucasgarciaads@gmail.com/ Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas – UFPel. Mestrando em Ciência Política na Universidade Federal de Pelotas – UFPel.

² Bianca de Freitas Linhares/e-mail: biancaflinhares@gmail.com/ Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Professora no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas – UFPel.

Abstract: Seen the emergence of political subjects that challenge the systems of liberal democracies, for example, Brazilian President Jair Bolsonaro, and U.S. President Donald Trump, the term populism appears with a pejorative meaning. Therefore, because of that, the objective of this paper is to conduct a theoretical review of the populism concept. We can observe that in this discussion exists a division between two theoretical currents, the liberal one, and the non-liberal. Both have their points of convergence and divergence, but the principal difference about these two is that, while the first one resists criticizing the dictates of liberal democracy, the other one understands that this hegemonic way of democracy has many problems with the popular sovereignty.

66

Keywords: Populism; Liberal perspective; Non-liberal Perspective

Introdução

Estamos presenciando no mundo inteiro a ascensão de sujeitos políticos que desafiam alguns ditames e práticas institucionais estabelecidos nas democracias liberais. São exemplos dessa situação Donald Trump, presidente eleito nos Estados Unidos em 2016, Marie Le Pen, segunda colocada nas eleições presidenciais da França em 2017, e Jair Bolsonaro, presidente eleito no Brasil em 2018. Estas figuras são frequentemente rotuladas pelas grandes mídias, e por parte do senso comum, como sujeitos populistas. Tanto em uma visão quanto na outra, geralmente, utiliza-se a expressão “populismo” carregada de tons pejorativos, tratando o político populista como um demagogo, uma pessoa que governa em virtude dos seus próprios interesses e que engana a população oferecendo o que ela quer de uma maneira irresponsável administrativamente, visando tão somente votos. Esta concepção é extremamente equivocada e limita o debate acerca do tema, pois faz com que este fenômeno seja tratado de uma maneira superficial, sem uma compreensão aprofundada de suas causas e efeitos na política.

Existem inúmeras produções teóricas acerca da manifestação do populismo ao redor do mundo. Em termos gerais, o debate pode ser dividido em duas perspectivas: a liberal e a não liberal. A primeira trata o populismo como uma espécie de subdesenvolvimento da democracia. Já a segunda aborda a temática de um modo mais interpretativo, compreendendo-a como algo recorrente na política, a partir de onde se deve entender a forma com que o populismo emerge e se sustenta. É importante enfatizar que o populismo não está ligado a determinada corrente ideológica, pois suas experiências podem se manifestar tanto à direita como à esquerda. Outro ponto importante que se coloca é que o populismo não é um fenômeno personificado em um determinado indivíduo, podendo estar ligado a um grupo, a um movimento, ou sob a figura de partidos políticos, como é o caso do Podemos, na Espanha, e do Syriza, na Grécia.

No Brasil, a interpretação acerca do populismo descrita no primeiro parágrafo tem um alcance que ainda se estende a uma parte da comunidade acadêmica. Com a compreensão restrita e, nos atrevemos a dizer, irrefletida, o fenômeno ainda não obteve o espaço necessário em discussões acadêmicas mais aprofundadas. Esse espaço se mostra na atualidade extremamente necessário, devido ao fato de ser uma questão recorrente na política no século XXI e, ainda mais, após a chegada de Jair Bolsonaro à Presidência da República.

O presente artigo tem como objetivo principal auxiliar na compreensão do debate teórico sobre o populismo, abordando de forma introdutória as suas duas concepções, a liberal e a não liberal. Para isso será apresentada uma revisão bibliográfica a partir dos/as principais autores/as que têm se dedicado contemporaneamente à temática. Para tanto, o trabalho está dividido em duas partes, além desta Introdução e da Conclusão. Primeiramente, será abordado o debate sob a perspectiva liberal do populismo. Em um segundo momento, será apresentado o pensamento não liberal do tema.

A Perspectiva Liberal do Populismo

De maneira geral, a perspectiva liberal sobre o populismo não trata o fenômeno como algo agradável às democracias liberais e aos seus funcionamentos. Embora alguns dos autores desta corrente sejam um pouco mais amenos ao populismo, outros consideram o surgimento de sujeitos populistas no cenário político como uma sombra das instituições democráticas e um problema recorrente nas democracias liberais. Nesse sentido, fica configurado o populismo, então, como anti-liberal. O debate aqui pretendido desta perspectiva está centrado nas seguintes fontes principais: Cas Mudde e Cristóbal Kaltwasser (2017), Margaret Canovan (1999; 2005) e Jan-Werner Müller (2016). É importante enfatizar que a análise deste grupo de autores está sempre centrada nos exemplos que surgiram na Europa e nos Estados Unidos. Iniciaremos expondo as ideias de Mudde e Kaltwasser.

Na obra “Populism: a very short introduction”, Mudde e Kaltwasser (2017) definem o populismo como um fenômeno que possui uma ideologia “maleável”, podendo ser um fenômeno com características tanto de esquerda como de direita. Os autores possuem uma abordagem ideacional³ sobre o assunto, ou seja, o populismo está sempre vinculado a uma determinada ideologia. E, de acordo com os autores, esta ideologia está sempre centrada na premissa de que a sociedade é dividida em dois campos homogêneos e antagônicos. O movimento realizado pelo populismo sempre irá alavancar um povo puro, que sofre, que não tem seus desejos atendidos, que são esquecidos pelo *establishment* político. Este povo é sempre colocado contra uma “elite corrupta”, imoral, que trabalha diariamente contra a

³ Termo traduzido da expressão “*ideational approach*”, utilizado por Mudde e Kaltwasser (2017).

vontade da população, e que governa a fim de alcançar seus próprios interesses. É a partir destes dois polos que o populismo se constitui, na oposição entre um povo e uma elite corrupta. É importante enfatizar que esta noção de povo é sempre uma construção, algo que se cria por meio de um determinado simbolismo. Este povo construído é sempre uma parte, que, na linguagem populista, quer representar o todo de uma sociedade. E a maneira como se dá esta construção dependerá sempre de qual ideologia o movimento populista está vinculado. Se for um populismo de esquerda, certamente a construção deste povo será voltada à classe trabalhadora e às minorias políticas, visando igualdade social, acreditando em um pluralismo social. O populismo de direita tem a constituição de seu povo realizada a partir de um discurso voltado a uma imagem empreendedora, muitas vezes xenófoba e racista, que abomina as diversidades.

O populismo é sempre seguido de um líder que “carrega” a voz deste povo simbolicamente construído. Este sujeito costuma se colocar como o principal/único representante que conseguirá enfrentar as “elites corruptas”. Este líder populista, na maioria das vezes, é uma figura carismática e autêntica – fatores que são definidos dependendo da cultura em que o sujeito está inserido – a qual possui um determinado número de seguidores que lhe são fiéis e o defendem. Este líder se constitui na medida em que ele se separa de uma suposta elite corrupta e busca uma conexão com o povo simbolicamente construído. A diferença populista entre o povo e a elite não é necessariamente socioeconômica, mas sim moral. Alguns líderes são ricos, e um discurso muito comum destes é que eles não entraram na política a fim de construir a sua riqueza, se colocando como pessoas honestas que só almejam ajudar o povo (MUDDE e KALTWASSER, 2017).

Sobre a relação populismo e democracia, Mudde e Kaltwasser (2017) observam o populismo tanto no sentido positivo quanto no negativo, mas ainda assim tendem a desprezá-lo. Por um lado, o populismo pode ser positivo para a democracia uma vez que aumenta a participação política. Porém, ele é negativo quanto à sua contestação pública frente às instituições e à democracia representativa. Soma-se a isso o fato de ele impor que políticos moralmente julgados estejam fora das competições eleitorais. Com essas principais informações da obra de Mudde e Kaltwasser (2017), passemos à apresentação da contribuição de Canovan.

A teórica política inglesa Margaret Canovan contribuiu significativamente para a discussão sobre o populismo levantando questões centrais para compreender o fenômeno. Ainda que ela não se proponha a resolver estas questões, Canovan

(2005) aponta que o populismo emerge a partir de problemas da própria democracia representativa liberal (principalmente do distanciamento entre representantes e representados), que são extremamente perigosos à democracia.

Em *“Trust the People! Populism and the Two Faces of Democracy”*, Canovan (1999) aponta o populismo sendo um fenômeno que visa ampliar a participação das massas na política. É um apelo ao povo contra as estruturas de poder dominantes, sejam os partidos políticos, sejam as elites econômicas ou os formadores de opinião. Segundo a teórica (1999), o populista surge a partir de um discurso contrário a estes elementos, através de uma fala simples e transparente, que coloca uma maioria silenciada contra as instituições que fragmentam e oprimem a sociedade. Esta maioria silenciada é representada naqueles indivíduos que não se interessam pela política, que levam sua vida de uma maneira corriqueira, longe de assuntos políticos. O populismo desperta estas pessoas trazendo estes sujeitos apolíticos para dentro da arena política, através de suas ojerizas ao sistema institucional.

É importante pensar o populismo a partir das duas faces que a democracia possui, a redentora e a pragmática (OAKESHOTT, 1996). De acordo com o Oakeshott (1996), a face redentora da democracia está ligada ao poder popular, em que o povo é a legítima autoridade da democracia. Na outra mão, a face pragmática representa a maneira cética de ver como as coisas funcionam, de compreender como as instituições governam. O populismo prospera na tensão entre estas duas faces, onde o pragmatismo sem o impulso redentor acaba sendo uma receita para a corrupção, causando uma impotência dos elementos democráticos. Nesta situação, o populismo surge a partir do hiato construído entre as promessas institucionais e a realidade, fazendo um apelo ao povo a partir da questão redentora da democracia (CANOVAN, 1999).

Uma visão ainda mais crítica sobre o populismo aparece no livro *“What is Populism?”*, de Jan Werner-Müller (2016). Nele, o autor busca reconhecer e aprender a como lidar com o fenômeno do populismo, identificar o tipo de atores políticos que podem ser classificados como populistas e verificar quais são as suas características. Werner-Müller (2016) vê o populismo como uma forma de perceber a política a partir de uma visão puramente moral. Assim como os outros autores, ele observa a constituição do populismo a partir da oposição de um povo puro contra uma elite corrupta, sendo estas sempre concepções construídas. Outro requisito que ele coloca para o populismo é que o fenômeno é sempre

antipluralista, pois os populistas se colocam sempre como os únicos que, de fato, representam a vontade legítima do povo. Todos os outros competidores, quaisquer que sejam, fazem parte da elite imoral. O autor alega que os populistas são favoráveis à representação na medida em que ela os beneficie, onde os representantes representem as pessoas certas e façam as coisas certas a partir de um determinado juízo moral. E, com isso, seu caráter antielitista vai até o momento em que eles próprios passam a se inserir nesta elite (WERNER-MÜLLER, 2016).

Quando os populistas chegam ao poder, Werner-Müller (2016) enfatiza que eles continuam polarizando uma disputa moral, maximizando ao extremo um conflito político. Continuam a comportar-se como os representantes legítimos do povo puro, que é vítima de uma elite corrupta. Para o autor, os populistas costumam governar de uma maneira ansiosa, criando constantemente crises e conspirações a fim de legitimar a sua própria governança. O governo passa a ser uma campanha permanente na tentativa de se aproximar do povo e sustentar a sua representação. Esta lógica de governança pode manifestar-se de três maneiras distintas: 1) a colonização do Estado; 2) o clientelismo em massa; e 3) a repressão sistemática da sociedade civil. O autor afirma que estas não são características apenas dos populistas, mas o que os diferem dos demais políticos é que os populistas fazem isso de uma maneira aberta e sempre em um sentido moral (WERNER-MÜLLER, 2016).

71

De maneira geral, os teóricos liberais produzem um conhecimento que nos permite entender alguns elementos do fenômeno do populismo. Eles reconhecem que este fenômeno surge de um distanciamento entre representantes e representados e de um não cumprimento de papéis que as instituições possuem com o ideal democrático. Porém, apesar de alguns observarem estes problemas, os autores não se dedicam a tecer críticas às democracias representativas liberais, tão pouco estão dispostos a aumentar o grau de participação, mesmo sabendo que os populistas carregam uma parte de razão. Na seção seguinte veremos a outra perspectiva sobre o fenômeno do populismo.

A Perspectiva Não Liberal do Populismo

Nesta seção, veremos algumas das principais proposições teóricas sobre o populismo que vão de encontro à lógica liberal. Esta outra perspectiva aborda o populismo como um fenômeno dado, onde basta entender o líder para compreender o fenômeno. Os autores aqui apontados não estão vinculados a uma corrente teórica

específica, mas todos analisam o populismo a partir de sua constituição, levando em consideração o contexto específico no qual o movimento surge e tratando-o como um fenômeno que pode ou não ser prejudicial à democracia. O populismo tão pouco precisaria, necessariamente, estar vinculado à figura de um líder central, como é pregado na visão liberal – pode ser um movimento articulado através de um grupo ou até mesmo por ideais. Os autores que apresentamos nesta perspectiva são Francisco Panizza (2005), Benjamin Arditi (2005), Ernesto Laclau (2005, 2013) e Chantal Mouffe (2005, 2018). Primeiramente trazemos as contribuições de Francisco Panizza.

Na Introdução do livro “Populism and the Mirror of Democracy”, Panizza (2005) aponta que as análises populistas estão calcadas em três elementos: 1) o modo de identificação que o movimento se constitui; 2) o seu processo de nomeação; 3) a dimensão de suas políticas. Estas análises precisam estar ligadas a três abordagens específicas. A primeira é a abordagem empírica, na qual se estuda o populismo a fim de extrair as características que podem ser atribuídas a este fenômeno. A outra abordagem é a histórica, que faz um elo do populismo (manifestado hodiernamente) com o período histórico e da formação político-social do país em análise. E a última é uma leitura sintomática, que trata o populismo a partir da lógica anti-*statusquo*, o povo contra os outros.

Segundo Panizza (2005), o populismo é um modo de identificação para qualquer ator político que opera em um campo discursivo, onde a noção de soberania popular, o conflito entre poderosos e impotentes, são elementos fundamentais para o imaginário político. O povo será sempre o ator político central deste fenômeno, e não possui um referencial fixo. Seu surgimento se dá através do vácuo que existe entre os representantes e representados, a partir de uma dimensão antagônica. Surge como algo que se constrói, seja o povo, seja o inimigo, e vai mudando conforme as suas experiências. Ainda segundo o autor, é um movimento homogêneo, mas também necessita de um externo constituído. Através de um modo de identificação o povo é construído sob algum inimigo, podendo ser através de alguma ameaça, algum momento, alguma razão. No geral, a emergência do populismo está sempre ligada a um tipo de crise ou deslocamento estrutural (PANIZZA, 2005).

Benjamin Arditi (2005) coloca o populismo como um sintoma recorrente da política moderna, pois está diretamente ligado ao sistema de representação

da democracia liberal, devido a tensão que se tem com as democracias liberais pela não representação dos representantes para com os representados. Isto evidencia o caráter ambíguo do fenômeno, pois de um lado ele é compatível com a representação, e do outro, tem a sua emergência através de uma crise de representação, quando a política falha em promover as demandas participativas e redistributivas. Este autor utiliza a metáfora de um convidado que chega bêbado em um jantar para descrever o populismo. O bêbado desrespeita as regras, fala algumas coisas pesadas, desrespeitosas e inconvenientes, mas todos que estão presentes no fundo sabem que aquilo que as palavras do embriagado possuem um fundo de verdade. O populismo funciona assim nas democracias liberais, é um inconveniente que escancara os erros da democracia – principalmente a falta de representação – e aborrece as instituições políticas. O populismo, para Ardití (2005), também é classificado como um termo “anexato”⁴, ou seja, possui uma essência exata, porém é estruturalmente inexato. O autor acredita que a noção de “anexato” seja a ideal para classificar o populismo, pois foge da oposição binária entre exato e inexato, excluindo a possibilidade formar um valor de verdade claro. Compreender estes objetos anexatos se dá a partir de uma série de questões não racionais (ARTIDI, 2005).

Por ser classificado como uma “periferia interna”⁵ das políticas democráticas liberais, Ardití (2005) relata que o populismo tem três modalidades possíveis. A primeira é o populismo como um modo de representação, fazendo com que o fenômeno seja compatível ao liberalismo. A segunda é o populismo como um sintoma da democracia liberal, ocorrendo através da tensão que se dá entre os representantes políticos e a população não atendida. A terceira é o populismo no seu aspecto ameaçador, desencadeando em autoritarismo, sendo o reverso da democracia.

Já a visão de Ernesto Laclau (2005, 2013) sobre o populismo é bastante peculiar, pois o autor vê o fenômeno como sinônimo de política. Para alcançar essa compreensão é importante ter em mente que se deve verificar o fenômeno do populismo em qualquer experiência a partir de um sentido ontológico, ou seja, a partir da maneira como se concebe ou se designa uma determinada forma.

⁴ Termo traduzido da expressão “anexact”, utilizada por Ardití (2005).

⁵ Termo traduzido da expressão “*internal periphery*”, utilizada por Ardití (2005).

Diferente da visão liberal, o populismo é visto por Laclau (2005) como um fenômeno que surge de baixo para cima, através de pequenas unidades que vão se articulando e tomam forma em uma representação maior. Estas pequenas unidades podem ser denominadas como demandas. Estas demandas são pedidos e, no momento que estes pedidos são frustrados não sendo atendidos pelas instituições, passam a se tornar reivindicações. Estas reivindicações, através de uma lógica equivalencial, passam a se articular com outras reivindicações em torno de um ponto nodal. Este ponto nodal é uma das demandas que passa a exercer o papel de representação de toda esta cadeia articulatória, ocupando uma posição privilegiada e gerando uma estruturação no discurso que se forma. Este processo, na visão de Laclau (2005), é como se constitui o populismo. Esta cadeia de demandas e reivindicações se cristaliza como uma identidade discursiva, que pode ser denominada “povo”. Assim, pode-se entender que povo “[é] uma parte da sociedade (a *plebs*) que visa a se constituir na representação da sociedade como um todo (o *populus*)” (LOPES e MENDONÇA, 2013, p. 12).

É importante observar que, segundo Laclau, o populismo apresenta uma dimensão negativa. É através do antagonismo que se dá entre as demandas não atendidas e as instituições que o fenômeno toma a sua forma. O populismo é também um processo de representação, de identificação, pois é sempre uma determinada demanda que ocupa uma posição privilegiada, que vai ganhando hegemonia, e que lhe dá o poder de representatividade das outras demandas (LACLAU, 2013).

Laclau (2005) alega que as práticas políticas não expressam a naturalidade do social, mas sim o constituem, tendo este um caráter ontológico. Visto isso, um determinado movimento não é populista porque sua política ou sua ideologia são identificáveis como populistas, mas sim porque existe uma lógica particular de articulação. Segundo Laclau (2005), uma ideologia pode ser mais fortemente ou menos fortemente populista, dependendo de como se deu a constituição de sua articulação na cadeia de equivalência. Por isso nenhum movimento político é isento do populismo – em algum momento o povo sempre será construído frente a um inimigo. Devido a isso, segundo o autor, o populismo costuma aparecer em momentos de transição política, quando o futuro de uma sociedade estiver em questão. Também é por isso que o populismo acaba sendo sinônimo de política, pois ele consiste em postular uma alternativa radical dentro de um

espaço social. Populismo significa colocar em questão a institucionalidade, construindo um “*underdog*”⁶ como um agente histórico, e isto, para Laclau (2005), significa a política.

Neste sentido, o fim do populismo representaria o fim da política. O fim da política é concebido quando a sociedade é tida como uma totalidade, e a vontade que representa esta totalidade se tornaria indistinguível das outras. Com isso, política passaria a ser transcrita como administração, em que os traços da divisão social desaparecem. Portanto, Laclau (2005) conclui que enquanto existir política, haverá divisão social. E sempre uma parte da sociedade se apresentará como a expressão e a representação da sociedade como um todo. Isso significa que o povo só pode ser constituído no terreno das relações de representação. Sendo assim, o povo nunca é um fato dado, mas sim construído. A representação é a assimetria entre a comunidade como um todo, já as vontades coletivas são a fonte da política (LACLAU, 2005).

Oriunda da perspectiva de Ernesto Laclau, temos a visão sobre o populismo de Chantal Mouffe (2005, 2018). A autora apresentou grandes contribuições ao analisar os mais variados casos de populismo. Mouffe (2005) alega que o populismo decorre de uma série de fatores do passado que, atualmente, assombram as democracias liberais e a ideia de democracia vigente mundo afora.

Conforme a autora, o modelo democrático hegemônico no mundo reduz, cada vez mais, a soberania popular e a participação. Há, também, uma constante recusa da dimensão antagonica que configura a política e da capacidade de compreender as paixões nas quais os indivíduos formam suas identidades coletivas. Devido a isso, Mouffe (2005) alega que o populismo passa a se tornar a alternativa capaz de mobilizar a soberania popular, juntamente com as paixões inerentes nos indivíduos. O populismo faz uso desse antagonismo, que as democracias liberais insistem em apaziguar, através da dicotomia “nós” contra “eles”. Com isto, se mobilizam formas de identidades coletivas que denunciam o discurso dominante, o qual resulta em inúmeras desigualdades no social.

O fenômeno do populismo consegue emergir devido à incapacidade que o moralismo das democracias liberais tem em realizar políticas e projetos socioeconômicos. Portanto, nesta lógica, o problema não seria o populismo, mas

⁶ Povo, pés-rapados, pobretão.

sim a ineficiência deste modelo hegemônico de democracia em promover o que deveria – a igualdade e a soberania popular. A principal questão que a autora coloca é o debate do atual modelo democrático vigente nas sociedades ocidentais, dando ênfase à necessidade de constituir um novo projeto político democrático, em que haja preocupação com as desigualdades e a não demonização dos antagonismos (MOUFFE, 2005).

Em suma, os não liberais também produzem um conhecimento enriquecedor para entender o populismo. Suas análises não estão fixadas sobre uma maneira exclusiva de compreender como este fenômeno em questão surge. O contexto histórico e social será sempre um fator relevante para o processo da análise, pois cada populismo tem suas próprias peculiaridades. O distanciamento entre representantes e representados também é uma pauta importante destes teóricos e alguns autores, a exemplo de Mouffe (2018), costumam criticar fortemente o funcionamento das democracias liberais.

Considerações finais

Realizamos aqui, uma breve revisão sobre as principais produções teóricas a respeito do fenômeno do populismo. Foi possível observar que existem diversas abordagens e que, de uma maneira geral, podemos dividir estas abordagens a partir de dois grandes grupos. De um lado, o grupo formado por autores ligados à percepção liberal, e de outro, o de autores de percepção não liberal. Estas duas perspectivas possuem alguns pontos de convergência.

Ambas as partes conseguem desvincular-se do senso comum que existe sobre o populismo (aquele que o trata como demagogia de determinados sujeitos políticos). A principal aproximação entre as duas abordagens é que a lógica do populismo opera a partir de dois campos distintos, o povo contra uma elite. Estes dois polos antagônicos são sempre construções realizadas pelos sujeitos/instâncias populistas. Essas construções fazem com que sujeitos/instâncias populistas se legitimem e tenham maior apelo.

Também é perceptível que alguns autores das duas visões tratam o populismo como um fenômeno decorrente das democracias liberais devido à falta de representação dos representantes para com os representados, ou pelo enorme vácuo que existe entre as classes políticas e o povo. Neste caso, a diferença entre as duas perspectivas é que os liberais não estão preocupados em resolver o problema

das democracias liberais, enquanto a outra abordagem visa, ou se propõe, a criar mecanismos que aumentem a participação popular nas democracias modernas.

A grande diferença entre as duas abordagens é que, enquanto os liberais tratam o populismo como um fenômeno dado, o qual põe em xeque os princípios da democracia liberal e basta que se compreenda o líder para evitar com que estes atores políticos surjam, os não liberais não fazem uma valoração precisa sobre o fenômeno. Para a segunda vertente o populismo pode ser bom ou ruim. A análise vai depender sempre de como ocorrerem as experiências nos respectivos países em que se observa o fenômeno.

Outra divergência importante entre as abordagens é que os liberais tratam o fenômeno a partir de seu líder, de cima pra baixo, não se importando em observar como este líder populista consegue adesão popular. E na maioria dos casos a análise é centrada apenas na figura de um único sujeito, colocando o populismo como uma aversão ao pluralismo. Aqueles liberais mais radicais, como o caso de Jan Werner-Müller, tendem a conceber populismo e autoritarismo como sinônimos. Já os teóricos não liberais enxergam o populismo como um fenômeno de baixo para cima, podendo se desenvolver de diversas maneiras, nos mais variados contextos sociais, dando ênfase ao povo como ator político central do fenômeno. Também não colocam o fenômeno na necessidade de ter um líder central, podendo ter a sua representação, por exemplo, em um partido político.

Uma última divergência importante a ser constatada é o fato dos liberais tentarem negar a dimensão antagônica e moralista que se tem na política, privilegiando sempre a lógica do consenso e a lógica racional. Em Laclau (2005, 2013) e Mouffe (2005, 2018), fica evidente que estas são questões que constituem a lógica do político e que negar as paixões, os elementos morais e os conflitos podem ser bastantes prejudicial para o princípio democrático.

Com este artigo buscamos contribuir com a compreensão sobre o fenômeno do populismo. Trouxemos as duas perspectivas às quais podem ser filiados os principais teóricos que têm se debruçado sobre o tema. As similitudes e diferenças entre as abordagens foram destacadas. Esperamos que essas notas introdutórias auxiliem na elucidação dos diferentes caminhos através dos quais o fenômeno do populismo pode ser desvendado.

Referências

ARDITI, Benjamin. Populism as an Internal Periphery of Democratic Politics. In: PANIZZA, Francisco (Ed.). **Populism and the Mirror of Democracy**. London: Verso: 2005. 358 p. 72-98.

CANOVAN, Margaret. **Trust the People! Populism and the Two Faces of Democracy**. *Political Studies*, v. XLVII, n. 1, p. 2-16, March 1999.

CANOVAN, Margaret. **The People**. Cambridge: Polity Press, 2005.

LACLAU, Ernesto. Populism: What's in a Name? In: PANIZZA, Francisco (Ed.). **Populism and the Mirror of Democracy**. London: Verso, 2005. 358 p. 32-49.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LOPES, Alice Casimiro; MENDONÇA, Daniel de. Apresentação. In: LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013. 383 p. 08-17.

MUDDE, Cas; KALTWASSER, Cristobal. **Populism: a very short introduction**. Oxford: OUP, 2017.

MÜLLER, Jan-Werner. **What is Populism?** Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2016.

MOUFFE, Chantal. **For a Left Populism**. London: Verso, 2018.

MOUFFE, Chantal. The 'End of Politics' and the Challenge of Right-wing Populism. In: PANIZZA, Francisco (Ed.). **Populism and the Mirror of Democracy**. London: Verso: 2005. 358 p. 50-71.

OAKESHOTT, Michael. **The Politics of Faith & the Politics of Skepticism**. New Haven: YUP, 1996.

PANIZZA, Francisco. Introduction: Populism and the Mirror of Democracy. In: PANIZZA, Francisco (Ed.). **Populism and the Mirror of Democracy**. London: Verso: 2005. 358 p. 1-31.